Jornal
O MACUCO

"Até aqui nos ajudou o Senhor".
1 Samuel 7:12

Macuco, 30 de junho a 05 de julho de 2023 - ANO XXV - EDIÇÃO Nº599- PERIODICIDADE SEMANAL

Macuco realiza Audiência Pública para debater Lei Paulo Gustavo

Foto:Divulgação

Representantes do setor cultural e autoridades municipais, participação atuante na Chamada Pública - Lei Paulo Gustavo.

A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Macuco realizou nesta quarta-feira (05/07), no auditório do Macuco Rural Park, a Audiência Pública sobre a Lei Paulo Gustavo (LPG) - Lei Complementar nº125, de 2022 - criada para incentivar a cultura e garantir ações emergenciais, em especial demandadas pelo período da pandemia, que impactou o setor cultural no últimos dois anos. A Lei foi criada em homenagem ao ator Paulo Gustavo, que faleceu em maio de 2021, vítima da complicação da Covid-19.

A reunião contou com a presença e participação de representantes do setor cultural do estado, Adenilson Honorato, e do município de Macuco, o secretário municipal de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura, Hugo Carvalho; diretora de Cultura, Micaele Carvel e diretora de Turismo, Deginar Boquimpani, alguns compuseram a mesa com demais representantes da cultura local - a assistente social, Marília de Oliveira (Movimento Negro de Macuco), jornalista Elisangela de Paiva e Clenilza da Rocha (Conselho Municipal de Cultura).

A audiência pública foi iniciada pelo secretário municipal, Hugo Carvalho, que destacou pontos relevantes do recurso e enfatizou a importância da participação da sociedade. A diretora de Cultura, Micaele Carvel, falou aos presentes sobre setores culturais em atuação na cidade que receberão direcionamento técnico da equipe de cultura e turismo para a elaboração de suas propostas.

O representante da SECEC -RJ, Adenilson Honorato, conduziu a audiência e salientou a importância da participação da sociedade e das autoridades municipais presentes, entre elas, os vereadores Anderson Dionizio, Bruno Miranda, Carlos Alberto Tico-Tico, Diogo Latini e Felipe Carvalho, representando o Poder Legislativo Macuquense

"Este é um momento para a participação de vocês, da sociedade e dos representantes do povo. É um tempo dedicado às ideias, sugestões e questionamentos sobre a Lei Paulo Gustavo, uma lei que destina R$3.862 bilhões a estados, municípios e ao Distrito Federal. O estado do Rio de Janeiro vai receber R$271 milhões, dos quais R$138.977.753,35 serão administrados pelo Estado, enquanto R$132.180,20 serão distribuídos diretamente aos 92 municípios, e Macuco receberá o valor de R$ 65.615,96, sabemos que é um valor pequeno, sim, mas destinado ao setor cultural do município, e os valores são baseados de acordo com o FPE (Fundo de Participação do Estado e do distrito Federal e FPM (Fundo de Participação Municipal) ", explicou Honorat.

Do valor destinado ao município, 80% deverá ser destinado ao setor audiovisual porque uma das principais fontes de recursos da LPG são oriundas do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), além de outras fontes de receita vinculadas ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). Os 20% restantes serão utilizados em outros setores destacados na lei.

*Para mais informações sobre a Lei Paulo Gustavo, o atendimento será realizado na sede do Departamento de Cultura e Turismo do Município, de segunda a sexta-feira no horário das 9h às 17h.

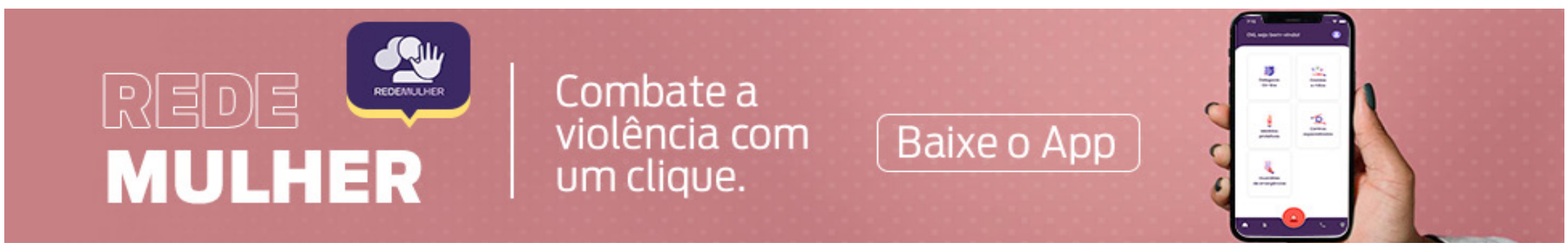
A retomada do futebol adulto na região centro norte fluminense

Foto:Divulgação

A palavra retomada é fundamental na construção da Copa do Calcário de Futebol Adulto 2023, competição que envolve clubes tradicionais de futebol da Região Centro Norte Fluminense, organizada pela Liga Desportiva de Macuco e a Ferroli.

Na ultima quinta, reuniu com os representantes das equipes para mais uma passo na construção do regulamento desta competição, que há 16 anos não acontece na região.

Até o momento 8 equipes já estão confimadas na competição e a previsão de início é para 17 de setembro. Próximo dia 11 de julho, em Cantagalo, haverá novo arbitral para avançar em mais alguns importantes pontos da competição que tem apoio da FERJ.



Bom Previ
Instituto de Previdência do Município de Bom Jardim

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM
PROCESSO BOM PREVI Nº 099/2023
TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA- ART. 24, II, LEI FEDERAL 8.666/93

À vista dos elementos contidos no processo administrativo supra especificado, no uso de suas atribuições legais e ainda de acordo com o art. 24, II, da Lei Federal n° 8666/93,
declaro RATIFICADA a contratação abaixo referida. Autorizo, por desdobramento, a contratação nos seguintes termos:

Contratante: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Bom Jardim – RJ.
Contratada: V2 Assessoria Contábil Ltda.

CNPJ: 22.299.438/0001-55
Objeto: Serviço de certificação digital, tipo: e-CNPJ, A1, validade de 12 meses.

Valor Total: R$ 200,00 (duzentos reais).

Prazo: 10 dias após a nota empenho.
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho – 03.301.04.122.0094.2.128 e Natureza da Despesa 3390.39 (Serviços- Pessoa Jurídica).

Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do contrato e proceda ao empenho da despesa nas dotações próprias do orçamento vigente e publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme estabelecido no art. 26 da citada lei, para fins de eficácia da RATIFICAÇÃO aqui proferida.

Bom Jardim - RJ, em 30 de junho de 2023.

Raul de Abreu Bezerra
Diretor Presidente

Jornal O Macuco, Edição nº 599, 30 de junho a 05 de julho de 2023, página 02.

Bom Previ
Instituto de Previdência do Município de Bom Jardim

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2023
CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM – RJ.

CONTRATADA: V2 Assessoria Contábil Ltda.
CNPJ: 22.299.438/0001-55

Objeto: Serviço de certificação digital, tipo: e-CNPJ, A1, validade de 12 meses.

Prazo de entrega do objeto: 10 dias após emissão da nota de empenho.

Valor: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R$ 200,00 (duzentos reais).

Data de celebração: 30/06/2023

Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho – 03.301.04.122.0094.2.128 e Natureza da Despesa – 3390.39.

PROCESSO BOM PREVI Nº 099/2023
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa- Art. 24, II, Lei Federal 8.666/93

Bom Jardim, 30 de junho de 2023.

Raul de Abreu Bezerra
Diretor Presidente

Jornal O Macuco, Edição nº 599, 30 de junho a 05 de julho de 2023, página 02.

Expediente: Jornal O Macuco
O Macuco Editora de Jornais e Livros Ltda.

Editora e jornalista diplomada responsável:
Elisangela de Paiva Mtb/RJ: 32231
Assessora Jurídica: Valéria Anunciação de Melo -OAB/RJ 144.100 www.jornalomacuco.com.br

Colaboradores: Noemi Laje, Iesa de Paiva, Thiago Dias

Endereço:Rua: Jorge Abi-Ramia, 129,

bairro: Nova Macuco, Macuco-RJ Cep: 28545000

Jornal O Macuco
Informação privilegiada

Governador Cláudio Castro anuncia a ampliação do programa RJ Digital para todos os municípios do Estado

Com o objetivo de ampliar a digitalização dos serviços públicos para a população fluminense, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Transformação Digital, e o Governo Federal, por meio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, deram início a uma parceria inédita com as prefeituras fluminenses, para estender o programa RJ Digital para todo o Estado do Rio de Janeiro. Durante o evento desta sexta-feira (30/06), foi formalizada a adesão dos municípios. A iniciativa aumenta a eficiência dos serviços públicos, gera economicidade, transparência e proporciona mais qualidade no atendimento ao cidadão.

- Hoje estamos tirando do papel parte de um sonho que tivemos lá atrás. É muito importante dar fácil acesso aos serviços para a população. O caminho para o futuro é o Governo Digital. E é essencial que esse seja um projeto de cada município, cada gestor. A nossa meta é ser o estado mais digital do país - afirmou Cláudio Castro, enaltecendo o empenho e a parceria do município para a criação de novos postos de trabalho.

O programa RJ Digital, lançado em maio de 2022, tem como objetivo desburocratizar e digitalizar a prestação de serviços de todo o Executivo estadual. O Rio de Janeiro, a partir da integração de ferramentas e recursos do Governo Federal, atuará dentro da lógica da integração dos três níveis da federação para a promoção de políticas públicas direcionadas para a transformação digital.

A nova etapa do programa será desenvolvida em duas fases. A primeira será voltada para a compreensão da maturidade digital dos municípios, capacitações e apoio para a elaboração das respectivas estratégias de governo digital. Já a segunda etapa será voltada para o apoio à implementação de soluções que visem à aceleração da transformação digital nos municípios, como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ferramentas da Rede GOV.BR, integração e utilização das ferramentas de digitalização do Portal Integrado de Serviços Digitais do Estado (www.rj.gov.br).

A caminho do Estado mais tecnológico do país

O Programa 'RJ Digital' tem o objetivo de ampliar e agilizar os serviços públicos oferecidos aos cidadãos fluminenses por todas as secretarias e órgãos do Estado. Os pilares do programa são a consolidação do portal integrado de serviços digitais, a regulamentação e publicação de normas e diretrizes e a desburocratização e digitalização dos serviços. Atualmente, o portal integrado de serviços digitais reúne mais de 2.300 serviços digitais.

O projeto começou a tomar forma há seis meses, com a criação da Secretaria de Transformação Digital, para garantir mais eficiência dos serviços públicos e transparência à sociedade, num modelo baseado na Estônia, um dos países mais digitais do mundo. Os serviços disponibilizados pelas secretarias já somam mais de 2,6 milhões de acessos.

Fábricas de chocolate e cerveja vão gerar 4 mil empregos

O governador Cláudio Castro e o prefeito de Miguel Pereira, André Português, lançaram, no fim da manhã, a pedra fundamental da primeira fábrica da Chocolates Lugano do Estado do Rio e uma unidade fabril da cerveja Proibida. Juntas, as fábricas vão investir R$ 400 milhões em suas plantas, no Condomínio Empresarial da Prefeitura, e gerar aproximadamente 4 mil empregos diretos e indiretos. De acordo com André Português, os incentivos fiscais atraíram os novos empreendimentos.

- A chegada de mais duas grandes fábricas é resultado do trabalho que temos feito na cidade, oferecendo infraestrutura, com o nosso Condomínio Empresarial, e um ambiente de negócios seguro. A parceria com o Governo do Estado tem sido fundamental para garantir o desenvolvimento econômico e social da nossa cidade - disse o prefeito de Miguel Pereira.

Casa do Direito da Mulher Daniella Perez tem nova sede

A Casa do Direito da Mulher Daniella Perez foi criada para ampliar o atendimento a mulheres vítimas de violência no interior do Estado do Rio. O primeiro equipamento especializado do Rio de Janeiro foi inaugurado em 2021.

Em Miguel Pereira, o espaço, criado em parceria com o governo estadual, funcionará definitivamente no novo endereço, localizado na Rua Alvarenga Peixoto, 241, no Portal das Mansões. Antes, o imóvel funcionava provisoriamente em um estabelecimento alugado, que já recebeu mais de 1,8 mil mulheres.

A entidade promove ações de prevenção e combate à violência, e, em alguns casos, viabiliza a concessão de aluguel social. A primeira-dama do Estado, Analine Castro, e a secretária de Estado da Mulher, Heloísa Aguiar, também prestigiaram a inauguração da nova sede.

Cláudio Castro anuncia ampliação do programa RJ Digital para todo o Estado (Luis Alvarenga)

Cláudio Castro participa da comemoração dos 167 anos do Corpo de Bombeiros do Rio

Governador entregou 19 novas viaturas para reforço de ações de salvamento, deu boas-vindas a cadetes do Curso de Formação de Oficiais e lembrou que instituição é a mais respeitada do país

O governador Cláudio Castro participou, nesta segunda-feira (3/7), da comemoração dos 167 anos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, completados no domingo (2/7). Na tradicional solenidade realizada no Quartel do Comando-Geral dos bombeiros, Castro, acompanhado do vice-governador, Thiago Pampolha, entregou medalhas a personalidades que se destacaram no apoio aos bombeiros. A celebração marcou também a entrega de 19 novas viaturas para reforçar a frota da corporação.

- O Corpo de Bombeiros ano a ano repete o título de instituição mais respeitada e confiável do Brasil e merece essa celebração. Atuam para tornar a vida do próximo melhor. Presenciei momentos em que a população precisou muito dos nossos bombeiros e eles estavam lá para atender. Viva esses bravos homens e mulheres que trabalham pela população. Viva o Corpo de Bombeiros, viva o Rio de Janeiro - exaltou o governador.

Durante a cerimônia, foram dadas ainda as boas-vindas aos cadetes do 1º ano do Curso de Formação de Oficiais, que receberam o Espadim Marechal Souza Aguiar. Simultaneamente, o monumento do Cristo Redentor foi iluminado de vermelho, seguido da leitura da Oração do Bombeiro Militar e também de uma bênção para a instituição centenária.

Simulação anima o público

Fechando a celebração, as unidades especializadas fizeram uma demonstração técnico-profissional que simulou alguns dos principais salvamentos realizados diariamente pelos militares.

Foram apresentadas técnicas de rapel, plano inclinado, escalada da torre, descida invertida, resgate subaquático, combate a incêndio, atendimento pré-hospitalar com motos e ambulância, entre outros. Os cães de busca e resgate fizeram demonstrações de obediência e destreza. A movimentação dos agentes em situações de risco e atendimento a vítimas fictícias cativou o público presente na cerimônia.

Escolas públicas podem ter programa de conscientização sobre segurança nos transportes

O Governo do Estado poderá criar um Programa de Conscientização sobre Segurança nos Transportes Públicos nas escolas públicas estaduais. É o que autoriza a Lei 10.051/23, de autoria do deputado Carlos Macedo (REP), que foi sancionada pelo Governador Cláudio Castro e publicada no Diário Oficial extra do Executivo de segunda-feira (03/07).

O programa prevê a criação em cada escola de uma equipe de trabalho multidisciplinar, com a participação de professores, alunos e associações de pais e responsáveis. A equipe buscará uma data, dentro do cronograma anual das escolas, para trabalhar o tema.

As escolas também buscarão estratégias de ações metodológicas, realizarão palestras, seminários e distribuição de material didático impresso entre outras ações, orientando os alunos e seus responsáveis. Sempre que possível, as ações realizadas pelas instituições de ensino terão a presença de um representante das concessionárias de serviço público de transporte.

Ainda segundo a lei, sempre que possível, as atividades terão a participação, a orientação e o suporte das Secretarias de Estado de Polícia Militar, Polícia Civil e Educação, do Conselho Tutelar, da Vara da Infância e Juventude e demais órgãos de interesse e preservação da criança e do adolescente.

A medida foi motivada por casos de violações nas estações do sistema BRT. “Ao invés de utilizar a rampa de acesso regular das estações, os estudantes escalam perigosamente pelo exterior das plataformas, colocando-se em iminente risco de vida. Assim como outros cidadãos e cidadãs, já testemunhei essa negligência, que ocorre quase sempre em estações próximas a escolas públicas, principalmente nos horários de saída dos alunos”, explicou Macedo.

Foto: Por Banco de Imagem

Isenção deICMSna luz de produtores rurais é aprovada na Alerj

Por 64 votos favoráveis, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, em discussão única, nesta quinta-feira (29/06) o Projeto de Lei 1.417/23, de autoria do Poder Executivo, internaliza o Convênio ICMS 76/91 para conceder isenção do ICMS sobre as contas de luz dos produtores rurais do estado que consumam até 1 mil kw/h mensais. O texto seguirá para o governador Cláudio Castro, que tem até 15 dias úteis para sancioná-lo.

O texto prevê que a empresa fornecedora de energia fará a redução no valor da conta de luz do produtor rural. Para ter acesso ao benefício, o beneficiário deverá comprovar ter como atividade principal a exploração da atividade de produtor rural, nos termos fixados em ato a ser editado pelo Poder Executivo.

Em plenário, os deputados destacaram a importância de fortalecer a produção rural do estado. “O Rio de Janeiro produzia 30% do leite consumido em todo estado. Hoje, só produz 0,3%. Todos os derivados do leite, na sua maioria, são produzidos em outros estados porque a carga tributária oferecida às indústrias é melhor do que a nossa”, comentou o deputado Vitor Júnior (PDT).

O deputado Chico Machado (SDD) ainda pontuou os problemas que o interior do sofre em relação ao fornecimento de energia. “No mandato passado, fizemos audiência pública na Cidade de Miracema para que pudéssemos abordar as questões da energia elétrica. Como aqui bem falou, com a instabilidade elétrica na Região no Noroeste do Estado, as máquinas das empresas ficam desreguladas por uma simples oscilação de energia, criando um prejuízo imenso”, comentou.

A medida entrará em vigor no primeiro dia do mês subsequente à sanção, valendo enquanto vigorar o Convênio ICMS 76/91.

Estudo de impacto orçamentário

O projeto revoga a Lei 9.451/21, que trata da internalização do mesmo convênio. De acordo com a justificativa do projeto, a desoneração tributária será de R$ 72,2 milhões, em 2023; R$ 74,7 milhões, em 2024; e R$ 76,98 milhões, em 2025. Na justificativa do projeto, o Governo do Estado afirmou que o benefício pode auxiliar cerca de 65 mil propriedades rurais existentes no estado.

A concessão do benefício deverá respeitar o cumprimento de metas fiscais orçamentárias anuais de desempenho ao longo do período de vigência do incentivo fiscal, conforme prevê a Lei 8.445/19. firmou

Cidade de Vassouras é classificada como município de interesse turístico

Foto: Por Banco de Imagem

Localizado na região Centro-Sul do Estado do Rio de Janeiro, Vassouras pode ser classificada como uma cidade de interesse turístico. É o que estabelece a Lei 10.049/23, de autoria do deputado Anderson Moraes, sancionada pelo governador Cláudio Castro e publicada na edição extra do Diário Oficial do Executivo de segunda-feira (03/07).

A cidade foi vencedora do Prêmio Destaques do Turismo, promovido pelo Centro Integrado em Estudo de Turismo e Hotelaria do Rio, ganhando por voto popular com 53,2% na categoria “Melhor destino do Rio de Janeiro”.

“Detentora de um riquíssimo legado histórico-cultural, herança dos tempos áureos do café no Vale do Paraíba fluminense, Vassouras é considerado um berço da diversidade cultural e tem se consolidado como importante destino turístico no estado do Rio de Janeiro”, afirmou o deputado Anderson Moraes.

Sansionada lei que institui Julho Amarelo no Brasil

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a lei que institui o Julho Amarelo no país, mês destinado à luta contra as hepatites virais. De acordo com o documento, também assinado pela ministra da Saúde, Nísia Trindade, a ação terá foco na conscientização sobre os riscos da doença, nas formas de prevenção, assistência, proteção e promoção dos direitos humanos. O projeto originário da lei sancionada nesta terça-feira (4) é de autoria do atual ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha, deputado federal à época.

As atividades do Julho Amarelo, ainda segundo a nova legislação, também vão incluir iluminação de prédios públicos com luzes de cor amarela, a promoção de palestras e atividades educativas, veiculação de campanhas de mídia e realização de eventos. As ações serão desenvolvidas em acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), de modo integrado, em toda a administração pública e, em particular, com instituições da sociedade civil organizada e organismos internacionais.

De acordo com o diretor do Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde, Draurio Barreira, a sanção chega num momento de extrema importância para as políticas públicas voltadas às hepatites virais. “A atuação para a eliminação das hepatites e de outras doenças de determinação social agora é uma política de Estado e não somente ministerial. O Governo Federal caminha ligeiro para a retomada do protagonismo internacional do Brasil nas estratégias de eliminação das hepatites B e C, como problemas de saúde pública, até 2030”, explica.

As hepatites virais são um grave problema de saúde pública. Na maioria dos casos, são assintomáticas. No Brasil, as mais comuns são causadas pelos vírus A, B e C. Existem ainda, com menor frequência, o vírus da hepatite D (mais comum na região Norte do país) e o vírus da hepatite E, que é menos frequente no Brasil, sendo encontrado com maior facilidade na África e na Ásia. As infecções causadas pelos vírus das hepatites B ou C frequentemente se tornam crônicas.

Dados da Organização Mundial da Saúde apontam que cerca de 240 milhões de pessoas são acometidas por infecção crônica do vírus B, responsável por 47% das mortes relacionadas às hepatites virais. Outras 150 milhões de pessoas têm infecção crônica pelo vírus C, responsável por 48% das mortes por infecções desses vírus. O impacto dessas doenças acarreta aproximadamente 1,4 milhão de mortes anualmente no mundo inteiro, seja por infecção aguda, câncer hepático ou cirrose associada. A taxa de mortalidade pode ser comparada ao HIV e à tuberculose.

A vacina é a principal medida de prevenção da hepatite B, que, entre os anos de 2000 a 2021, registrou mais de 264 mil pessoas diagnosticadas com o vírus no país. Para a hepatite C, o desafio é a testagem de detecção do marcador da doença. Em caso positivo, o tratamento é feito com os chamados antivirais de ação direta durante 12 semanas. A hepatite C é considerada uma epidemia mundial. No Brasil, foram notificados mais de 279 mil casos entre os anos de 2000 a 2021.

Em ambas as formas de hepatite, a transmissão pode ocorrer por relações sexuais, compartilhamento de material para uso de drogas ou de uso pessoal, transfusão, procedimentos que não atendam às normas de biossegurança (cirurgias, por exemplo), pessoas submetidas a hemodiálise e, ainda, pessoas privadas de liberdade. Isso significa que a população em situação de vulnerabilidade social está mais propensa a contrair o vírus.

Atualmente, existem testes rápidos para detecção da infecção pelos vírus B ou C, que estão disponíveis no SUS. Todas as pessoas precisam ser testadas pelo menos uma vez na vida para esses tipos de hepatite. Populações mais vulneráveis precisam ser testadas periodicamente.

CIEDS

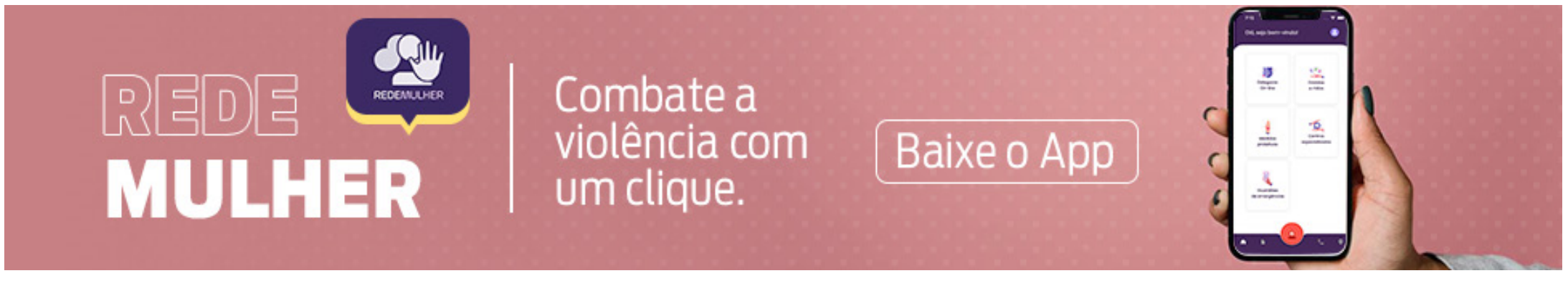
De forma inédita, nove ministérios se reuniram para elaborar estratégias de eliminação de doenças que acometem, de forma mais intensa, as populações de maior vulnerabilidade social. O Comitê Interministerial para Eliminação da Tuberculose e Outras Doenças Determinadas Socialmente (CIEDS) foi instalado no início do mês de junho.

Coordenado pelo Ministério da Saúde, o grupo irá funcionar até janeiro de 2030. Dados da pasta apontam que, entre 2017 e 2021, as doenças determinadas socialmente foram responsáveis pela morte de mais de 59 mil pessoas no Brasil. O plano de trabalho inicial inclui enfrentar 11 dessas enfermidades – como malária, esquistossomose, Doença de Chagas e hepatites virais - além da transmissão vertical da sífilis, hepatite B e do HIV. Essa estratégia está prevista nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

A meta é que a maioria dessas doenças sejam eliminadas como problema de saúde pública – são elas: Doença de Chagas, malária, hepatites virais, tracoma, filariose, esquistossomose, oncorcercose e geo-helmintíases. Para outras enfermidades, como tuberculose, HIV e hanseníase, o objetivo é atingir as metas operacionais de redução e controle propostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) até 2030. Já para doenças como HIV, sífilis e hepatite B, a meta é eliminar a transmissão vertical, ou seja, quando a doença é passada de mãe para filho.

A instalação do CIEDS é parte da premissa que garantir o acesso apenas ao tratamento em saúde não é suficiente para atingir essas metas. É preciso propor políticas públicas intersetoriais que sejam voltadas para a equidade em saúde e para a redução das desigualdades sociais, fator diretamente ligado às causas do problema.

Vacinas

Sobre a hepatite C, segundo hepatologistas, a principal via de transmissão é a parenteral, com a prevenção podendo ser feita com o não compartilhamento de materiais que possam ter contato com sangue. “O rastreamento e tratamento dos indivíduos infectados por este vírus também ajuda na prevenção da infecção para outras pessoas. Hoje temos disponibilidade no Sistema Único de Saúde (SUS) de tratamentos oferecidos gratuitamente, com alta eficácia (mais de 90% de chance de cura), usado por tempo limitado (8 a 24 semanas) e com poucos efeitos colaterais”, informa o médico especialista em hepatologia, Rafael Ximenes.

Além disso, a vacinação pode ser feita de forma gratuita na rede pública de saúde. “Hoje temos disponíveis as vacinas contra as hepatites A e B. Toda pessoa que não foi imunizada contra essas infecções pode e deve ser vacinada, exceto em caso de contraindicação (que são raras)”, comenta o hepatologista Rafael Ximenes. xistem